

**FAZER A PESQUISA SUBIR:  
As possibilidades de atuação de um antropólogo/consultor**

*Uping the research: the possibilities of action as an anthropologist/consultant*

Pedro Nascimento

Professor do Departamento de Ciências Sociais/Campus IV e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

**RESUMO.** Discuto questões surgidas da experiência como consultor do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre os anos 2014 e 2015. Com o título “Aperfeiçoamento da Linguagem e Comunicação entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc e os Beneficiários do Programa Bolsa Família e Inscritos no Cadastro Único” a expectativa era de desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica que pudesse subsidiar os profissionais dessa secretaria a uma melhor comunicação com os sujeitos envolvidos nas políticas e programas em questão. A comunicação com os beneficiários era ponto central de preocupação do MDS em articulação com as possibilidades de participação e controle social. Neste artigo apresentarei alguns elementos centrais do desenvolvimento da pesquisa pondo foco na forma como o objeto da contratação foi entendido e negociado, e os resultados produzidos. As diferentes expectativas em relação aos resultados da pesquisa e as diferentes concepções do que seria o objeto do trabalho estavam associadas também às expectativas do que uma pesquisa etnográfica poderia dar conta. Como parte desse objetivo, destacarei, especialmente, como a compreensão do que seriam os obstáculos a uma melhor comunicação entre agentes do Estado e a população foi sendo elaborada no desenvolvimento da pesquisa de campo e na interlocução também com os técnicos nas reuniões realizadas.

**PALAVRAS – CHAVES:** Pesquisa etnográfica. Consultoria. Comunicação. Programa Bolsa Família.

**ABSTRACT.** In this article I present issues related to my experience as a consultant to the Ministry of Social Development and Hunger Control (MDS) between 2014 and 2015. The objective of the hiring was the development of an ethnographic research that could subsidize the professionals of the National Secretariat of Income of Citizenship - Senarc - to have a more effective communication with the beneficiaries of the Bolsa Família Program and enrolled in the Unique Databank for the Social Programs of the Federal Government (CadÚnico). Communication with the beneficiaries was a central

concern of the MDS in articulation with the possibilities of participation and social control. In this article I will present central elements of the research development, focusing on how the object of the contracting was understood and negotiated as well as the results produced. The different expectations regarding the results of the research and the different conceptions of what would be the object of the work were also associated with the expectations of what could be achieved through ethnographic research. I will especially highlight how the understanding of the challenges and obstacles to communication between state actors and the population was produced in the field work development while also facilitating dialogue with MDS professionals in the meetings held.

**KEYWORDS:** Ethnographic research. Consulting. Communication. Bolsa Família Program.

#### PONTO DE PARTIDA: OS ALCANCES DE UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA

As questões que abordarei neste texto surgiram da experiência como consultor, entre os anos 2014 e 2015, do então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com o título “Aperfeiçoamento da Linguagem e Comunicação entre a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc e os Beneficiários do Programa Bolsa Família e Inscritos no Cadastro Único”, a expectativa era de desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica que pudesse subsidiar os profissionais dessa secretaria a uma melhor comunicação com os sujeitos envolvidos nas políticas e programas em questão. A comunicação com os beneficiários era ponto central de preocupação do MDS em articulação com as possibilidades de participação e controle social.

Neste artigo apresentarei alguns elementos centrais do desenvolvimento da pesquisa pondo foco na forma como o objeto da contratação foi entendido e negociado e nos resultados gerais que foram produzidos. As diferentes expectativas em relação aos resultados da pesquisa e as concepções diversas do que seria o objeto do trabalho estavam associadas também às expectativas do que uma pesquisa etnográfica poderia dar conta. Como parte desse objetivo, destacarei, especialmente, como a compreensão do que seriam os obstáculos a uma melhor comunicação entre agentes do Estado e a população foi sendo elaborada no desenvolvimento da pesquisa de campo e na interlocução também com os técnicos nas reuniões realizadas.

Quero enfatizar a importância de compreender a pesquisa antropológica como um processo em aberto em que os posicionamentos, as relações e os propósitos negociados direcionam a forma de trabalho do pesquisador. Esse direcionamento não se

dá em mão única, por exemplo, quando somos tolhidos em alguns de nossos propósitos. Diz respeito igualmente ao nosso poder de barganha, na interação com quem nos contrata, para chamar atenção a questões que poderiam não ser exatamente as mais explicitadas no momento da contratação.

Dessa forma, pretendo contribuir para a reflexão acerca de como essa expertise antropológica para a pesquisa de campo foi solicitada e desenvolvida em um processo que envolveu não apenas as etapas mais formais do trabalho, mas reuniões, negociações, troca de compreensões acerca do tema etc. Desde os primeiros diálogos com a equipe coordenadora do processo da consultoria, foi enfatizado o interesse em uma pesquisa etnográfica com base na compreensão de que esta modalidade de pesquisa permitiria de modo privilegiado o acesso às pessoas que se queria que fossem ouvidas.

Em 2014, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) havia realizado uma pesquisa junto às pessoas beneficiárias tendo por base metodológica grupos focais (BRASIL, 2014). Nesse sentido, não apenas era um antropólogo que se queria contratar. Estava claro que deveria ser alguém que estivesse atento a possíveis dimensões da comunicação com aquelas pessoas – já indicadas na pesquisa anterior.

No Termo de Referência<sup>1</sup> a linguagem era definida como sendo: “materializada nas formas de comunicação verbal, em um contexto social de determinada cultura e ideologia”. Por esta razão, o mesmo Termo considerava: “o consultor deverá então desenvolver seu trabalho atento às dimensões da cultura, do território e da linguagem onde estão inseridos os beneficiários do PBF”.

As especificidades dessa abordagem foram muito discutidas e as possibilidades de se desenvolver pesquisa etnográfica em um tempo reduzido foram trazidas à tona por mim. Cabe observar que as interlocutoras mais diretas no MDS eram profissionais habituadas às características de pesquisas qualitativas. Não se tratava em um primeiro momento de convencer ninguém da importância dessa modalidade de pesquisa para o tipo de questões demandadas à análise, mas negociar seu alcance em um tempo reduzido.

Nesse sentido, argumentei que no Brasil os dilemas do fazer etnográfico sob contrato têm sido enfrentados e discutidos (PAIM, 2010). Ponderei que alguns

---

<sup>1</sup> O Termo de Referência é o documento elaborado pela instituição contratante que define o objetivo da contratação e explicita as justificativas para a necessidade do trabalho a ser contratado e seu escopo. Neste termo devem estar detalhadas as atividades a cargo do consultor, incluindo os resultados e produtos esperados, e o prazo de execução, entre outras informações, como o perfil do profissional a ser contratado.

pesquisadores consideram que a viabilidade de pesquisas nesse formato deve estar associada a “maior familiaridade com o contexto estudado e bastante experiência etnográfica, um olhar treinado para ver o que não é tão aparente”. (KNAUTH, 2010, p. 110).

Considerarei também que, levando-se em conta esses elementos, seria possível assegurar a viabilidade do que alguns autores têm chamado de “etnografias a jato” (SCHUCH; VIEIRA; PETERS, 2010). Tendo a concordar com Fernanda Bittencourt Ribeiro, quando afirma que o reconhecimento da importância do “tempo de experiência etnográfica ou um contato anterior com o grupo estudado, nos convida a pensar possibilidades e formas de transmissão dessa experiência” (RIBEIRO, 2010, p. 87) e que considerar “novos caminhos e enfrentar o debate não significa abrir mão da experiência de campo, mas de concebê-la como sujeita a múltiplas circunstâncias, nem sempre ideais” (RIBEIRO, 2010, p. 88).

As questões que apresento aqui assumirão um tom de relato. Não pretendo fazer uma defesa categórica de uma forma de atuação do antropólogo a partir de minha experiência. Tampouco quero fazer crer que os elementos que identifiquei não poderiam ter sido problematizados por outra forma de prática profissional ou outra metodologia de pesquisa. No entanto, espero que contribua para ampliar a reflexão sobre as possibilidades da atuação de antropólogos, a partir de uma dessas modalidades, a de consultor.

## A DINÂMICA DO TRABALHO DE CAMPO – ABRANGÊNCIA E ESPECIFICIDADES

A preocupação com o tempo de pesquisa não era algo despropositado, pois não era pouco o que teria a ser feito. O trabalho de campo se desenvolveu entre os meses de novembro de 2014 e abril de 2015 em cinco diferentes localidades nas cinco regiões brasileiras, a saber: Rio Tinto/ Paraíba; Belo Horizonte/ Minas Gerais; Garopaba/ Santa Catarina; Ceilândia/ Distrito Federal e Belém/ Pará. Essa diversidade de contextos investigados era entendida como elemento central no objetivo de identificação das estratégias de comunicação e dos mecanismos específicos através dos quais os beneficiários, as pessoas em processo de cadastro e os gestores interagiam.

Embora fosse inegociável essa abrangência, explicitarei que a caracterização da pesquisa por regiões me gerava inquietação. Minha preocupação era de que os

resultados apresentados não fossem tomados como uma amostra a partir da qual se pudesse fazer generalizações frágeis sobre especificidades regionais, particularmente por aquelas pessoas que acessassem apenas os resultados finais, sem acompanhar a discussão que fazíamos inicialmente.

Ao final do trabalho de campo foi possível perceber com mais clareza que essa escolha teve elementos positivos ao multiplicar questões e perspectivas a partir do perfil de cada etapa da pesquisa. Essa diversidade pode ser pensada não apenas em termos geográficos, mas a partir de vários elementos, como o porte de cada localidade (grandes centros urbanos; cidades de pequeno porte; áreas rurais); o número e o perfil das pessoas que foram contatadas/entrevistadas (por exemplo, beneficiárias; ex-beneficiárias; em processo de cadastramento); o tipo de inserção do pesquisador em campo; a forma local de organização da gestão e os mecanismos de interlocução com beneficiários e a população em geral, entre vários outros.

A pesquisa de campo foi realizada em média no tempo de uma semana em cada uma das localidades, no entanto, a forma como transcorreu o trabalho variou em virtude de diversos elementos. Desde o trabalho de campo piloto, em Rio Tinto, compreendia-se que um dos principais elementos para o êxito da pesquisa seria a forma da entrada em campo. Diante da impossibilidade de realizar a pesquisa apenas onde o pesquisador tivesse uma entrada prévia, foram consideradas duas estratégias principais para o desenvolvimento do trabalho de campo: 1) identificar moradores e/ou lideranças que pudessem mediar a entrada em campo em cada região; 2) realizar contato com beneficiários ou pessoas em processo de inscrição e/ou atualização no Cadastro Único nas unidades gestoras dos municípios visitados.

O entendimento por trás da opção por essas entradas tinha dois aspectos. Por um lado, considerava-se a possibilidade de o contato formal mediado apenas pelos gestores comprometer o desenvolvimento da pesquisa<sup>2</sup>. Por outro, havia o entendimento de que uma abordagem direta nas casas das pessoas sem uma intermediação que agregasse confiança a esse contato inviabilizaria tratar de um tema como o Programa Bolsa Família – em função do receio das pessoas de serem prejudicadas no recebimento do mesmo.

Por essa razão, a pesquisa foi desenvolvida por meio do contato com moradores em suas residências e, nos locais em que isto foi viável, visita às secretarias municipais

---

<sup>2</sup> Como foi relatado no caso da pesquisa com grupos focais referida acima.

de Assistência Social, onde as pessoas eram abordadas no momento em que seriam atendidos por profissionais ligados ao PBF. Além dessas estratégias, foi possível contar com a mediação de lideranças locais (particularmente nas regiões Sul e Centro Oeste) para entrada em campo sem fazer-se uso de salas de espera ou contato direto com gestores e outros profissionais. Isto permitiu focar o trabalho direto com as pessoas a partir do desenvolvimento de uma rede de interlocutores na vizinhança.

Há pontos positivos e negativos para o recurso a cada uma dessas estratégias, sendo possível afirmar que essa diversidade de entradas em campo foi bastante positiva. Além da observação participante, foram entrevistadas 87 pessoas diretamente. Consideramos como entrevista apenas quando pudemos apresentar as questões definidas previamente de modo que pudéssemos ter um mesmo universo de elementos colocados para todas as pessoas. Isto não implica em ter seguido rigidamente o roteiro, mas que foram consideradas todas as questões. Levando em conta as conversas informais, que não caracterizaram entrevista, a pesquisa contou com a interlocução direta com mais de uma centena de pessoas.

#### UMA PESQUISA SOBRE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL – O QUE ESTOU CHAMANDO DE NEGOCIAÇÃO DA PESQUISA

As perguntas mobilizadoras da pesquisa, definidas no Termo de Referência, especificavam os objetivos envolvidos na iniciativa da Senarc e serviram de base às primeiras reuniões para planejamento das atividades e negociações em termos da solicitação:

- a) Por quais meios as famílias beneficiárias se apropriam dos temas e das informações sobre o PBF e Cadastro Único?;
- b) Como ocorre a compreensão dos temas afetos ao PBF?;
- c) Por quais meios individuais ou coletivos os beneficiários lançam mão para compreender o Programa?;
- d) De que maneira as palavras e a linguagem, na comunicação, são utilizadas e apropriadas em um contexto cultural e territorial próprio, criando novas interpretações dessas palavras e linguagem?

Nessas reuniões, que contavam com um pequeno grupo de técnicos do MDS mais envolvidos na proposta, comecei a entender o pano de fundo mais amplo das questões solicitadas à investigação. Pude perceber que aquelas perguntas vinham sendo

debatidas há mais tempo no Grupo de Trabalho de Participação e Controle Social do PBF, que envolvia diferentes departamentos e secretarias do MDS. Uma das motivações da demanda pela pesquisa era a busca por identificar possibilidades de interface mais adequadas ao PBF, uma vez que seus beneficiários se marcavam por baixa participação no controle social. A compreensão era de que o “direito à participação social” implicava no reconhecimento do beneficiário como um “sujeito de direito”.

Nesse debate sobre participação no controle social havia um consenso entre esse grupo inicial de que o Conselho de Assistência Social deveria ser a instância de representação dos beneficiários, sem a necessidade de se criar conselhos específicos para o Bolsa Família de acordo com resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2014). Daí surgiam perguntas que, embora não se esperasse que a pesquisa respondesse diretamente, deveriam ser levadas em conta, como uma forma de problematizar desde então os objetivos iniciais apresentados: Como fazer participar um segmento que não tem uma identificação coletiva definida em termos sociais e históricos que de algum modo possa ser acionada positivamente? Qual a identidade acionada por um beneficiário do PBF para participação nos conselhos? Em diferentes momentos da discussão ficava claro que não existia uma identidade de beneficiário. Além da imensa diversidade de perfis dos quase 50 milhões de participantes do programa, outro ponto igualmente importante seria a identidade negativa de *pobre*, que não colaboraria para essa identificação.

Refletir sobre a forma como a pesquisa foi sendo recebida nas muitas esferas de interlocução no MDS, nas quais foi possível discutir seus resultados, pode indicar, de forma geral, em que medida a pesquisa poderia ser entendida, se bem-sucedida ou não, em sua carreira entre essas esferas de ação do Ministério. Uma avaliação positiva poderia ser pensada não apenas em termos dos resultados propriamente ditos segundo o pesquisador, mas, sobretudo, para os objetivos desse artigo, nos termos da equipe que acompanhava a pesquisa e as diversas instâncias na Senarc e em todo o MDS, em certa medida. Em outra dimensão, ser bem avaliada significava perguntar: o que poderia indicar que a pesquisa não ficaria simplesmente engavetada? Em que medida o engavetamento ou não poderia estar definido pela natureza dos resultados apresentados e a compreensão que se tinha desses resultados?

Qualquer possível resposta a essas perguntas diria respeito ao processo da pesquisa como um todo, cuja realização estava envolvida em uma negociação na qual o

objetivo final – apreendi ao longo do tempo – era ser conhecida e refletida em sua complexidade pelas instâncias superiores da gestão da política em análise. Em outros termos, fazer a pesquisa subir.

Antes de avançar nessa análise, que retomarei no último tópico, apresento a seguir resumidamente alguns dos principais dados produzidos na pesquisa, que apontam para a forma como a compreensão geral da temática estava se dando.

### PRINCIPAIS DESAFIOS E OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DE UMA MELHOR COMUNICAÇÃO COM OS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO E BENEFICIÁRIOS DO PBF

Um dos primeiros e mais importantes elementos apareceram já no momento de apresentação da pesquisa: a crença de que o benefício do Bolsa Família acabaria indo parar em mãos de pessoas que não deveriam recebê-lo<sup>3</sup>. Assim que eu dizia do que se tratava minha presença em determinada localidade, explicando os objetivos da pesquisa, as pessoas em diferentes versões me saudaram da seguinte forma, sugerindo me verem como um representante “do Ministério”: “É muito importante que o Ministério esteja interessado nesse assunto porque tem muita gente que precisa e não está recebendo o Bolsa Família e tem muita gente que não precisa do dinheiro e recebe”.

Essa desconfiança sobre o destino do dinheiro se configurou como uma percepção largamente difundida de que o MDS não regularia o recebimento do benefício e não possuía mecanismos efetivos de monitoramento e fiscalização. Antes de me dar conta disso, no entanto, foi se evidenciando o que a equipe técnica já percebia ao solicitar uma investigação sobre a comunicação com os beneficiários: desconhecimento da política de uma forma geral em termos de suas definições oficiais, assim como dos mecanismos de monitoramento das políticas e programas do MDS. Por esta razão, os

---

<sup>3</sup> O PBF destina-se a dois tipos de famílias, definidas como pobres e extremamente pobres com base na renda per capita mensal da residência. A definição de “família extremamente pobre” inclui aquelas com renda per capita mensal de até R\$ 85. “Família pobre” refere-se àquelas com renda per capita de R\$ 85 a R\$ 170. O valor do benefício é calculado caso a caso e é considerado o número de crianças, adolescentes mulheres grávidas e nutrízes na residência. Assim, todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 85 mensais estão habilitadas a receber o benefício. As famílias com renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170 mensais podem receber desde que tenham em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. A concessão do benefício depende de quantas famílias já foram atendidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade, além da disponibilidade orçamentária do governo federal. O valor pago por família varia entre R\$39 e R\$372. De acordo com dados do MDS, cerca de 14 milhões de famílias tiveram sua renda complementada pelo Bolsa Família – cerca de 50 milhões de pessoas ou 1/4 da população brasileira (BRASIL, s/d).

beneficiários demandavam mais monitoramento: “vistoria”, “sindicância”, “visita”, “ir à casa das pessoas”, “fiscalização” eram algumas das expressões que emergiam em um claro discurso de denúncia.

Nas cinco regiões pesquisadas, as pessoas que já eram beneficiárias do PBF, em geral, relataram a descoberta de eventuais problemas na continuidade do recebimento do benefício apenas no momento de tentativa do saque na casa lotérica. Embora algumas relatassem que acompanhavam informações via extrato, para a maioria das que tiveram o benefício suspenso, bloqueado ou cancelado, a identificação de que não receberiam o dinheiro naquele momento foi narrado com perplexidade. Em alguns desses casos, nos relataram que os próprios funcionários da casa lotérica orientavam o que deveriam fazer ou mesmo arriscavam interpretações para o caso do não recebimento.

Este fato acentuava o temor apresentado sistematicamente de que o recebimento do Bolsa Família fosse descontinuado. O medo do bloqueio do benefício, uma das dificuldades mais relatadas, associado ao desconhecimento das razões para o mesmo quando acontece, constituía-se na principal fonte do que era considerado como problemas e gerava muita angústia. Para a composição desse quadro, articulava-se o desconhecimento por parte das pessoas, que é alimentado, muitas vezes, pela fragilidade na capacidade do gestor do PBF em comunicar e explicar sobre o programa e fazer-se entender. Foi relatado o repasse de informações incompletas ou mesmo equivocadas por parte dos gestores.

O discurso de dificuldade para acessar informações bem como uma compreensão limitada, do ponto de vista formal, acerca do Programa Bolsa Família cruzou todas as etapas da pesquisa. Foi identificada uma expectativa de busca de informações através do contato direto com algum profissional, muito mais que através de veículos como cartas, televisão, telefone etc. Na maioria das situações, as pessoas se referiam a não terem alguém a quem recorrer quando precisassem se informar ou fazer algum encaminhamento – algo que já havia sido indicado em trabalhos anteriores, como na análise das cartas endereçadas ao presidente Lula, analisadas por Amelia Cohn (2012).

Em todas as regiões, houve queixa acerca da relação com os profissionais diretamente ligados ao Cadastro e ao PBF. Os principais questionamentos a esse relacionamento e as queixas à burocracia de forma mais ampla foram: insatisfação com as informações recebidas; mau tratamento; julgamento da “necessidade” de receberem o

benefício; longas jornadas até às unidades gestoras com baixa resolutividade das demandas; repasse de responsabilidades para outras esferas de gestão<sup>4</sup> – que redundava em diversos deslocamentos e perda de tempo.

Nessa busca de informações, no contato direto, era possível perceber a construção de uma percepção de si baseada na relação com outros sujeitos, considerados por eles como superiores e detentores das informações. São estes, os *outros*, considerados como sendo capazes de resolver as situações que os *pobres* não teriam condições de fazê-lo. No entanto, muitas vezes, essa relação de dependência era acentuada por uma crença de que aqueles outros que deteriam as informações não estariam dispostas a “ajudar” os que estavam em busca de informações. Por essa razão, nessa narrativa apareciam imagens das pessoas como estando perdidas, sem saberem a quem recorrer.

Falta de informação e relações assimétricas apareciam concomitantemente nos relatos. Por exemplo, com relação ao momento do cadastro, houve questionamento sobre o tipo de perguntas feitas. Essas eram entendidas como desconfiança dos cadastradores a respeito do candidato a beneficiário do Bolsa Família gerando desconforto. No entanto, na maioria das vezes, o desconforto relatado se devia à forma como as perguntas eram enunciadas. A impressão geral que esses relatos me faziam compreender era de que o momento do cadastro era já uma forma de controle. Muitas vezes as pessoas diziam que os cadastradores faziam perguntas que *já sabiam* as respostas; perguntavam coisas que elas não saberiam responder (por exemplo, renda mensal da família) e mesmo *aquelas perguntas bestas*, como eram vistas as perguntas sobre itens domésticos como TV e refrigerador, ou existência de banheiro na residência. Além disso, o cadastro em si estava associado, para algumas delas, a um momento em que eram tratadas com rispidez, falta de atenção e desrespeito.

As constantes reclamações da forma como as pessoas eram atendidas nas unidades de cadastramento do Bolsa Família e outros equipamentos da rede de assistência social permitia perceber que a queixa central não era sobre a existência de

---

<sup>4</sup> Elementos estes presentes na análise de Michael Herzfeld para quem não apenas os usuários, mas também os burocratas buscariam “meios de exonerar a própria culpa”: “‘Passar adiante a batata quente’, algo que os clientes reconhecem como um sintoma de uma suposta mentalidade burocrática é, na realidade, parte do mesmo discurso de prestação de contas, da pessoalidade e da força superior. Enquanto os clientes insatisfeitos culpam os burocratas, estes culpam ‘o sistema’, as leis excessivamente complicadas, os seus superiores imediatos ou distantes, ‘o governo’” (HERZFELD, 2013, p. 14).

dúvidas específicas. O que mais incomodava as pessoas era a permanência de questões não respondidas ou mal respondidas, a despeito de inúmeras viagens aos serviços.

Outra questão relacionada a esse tópico são os recursos utilizados para definição de quem deveria ser inserido no cadastro. Ou seja, da parte da população no momento do cadastro, bem como dos profissionais envolvidos nesse momento, ouvimos relatos acerca de determinadas estratégias ou critérios utilizados para a garantia de inserção no cadastro e consequente recebimento do dinheiro. Foi possível perceber uma tentativa, por parte de alguns gestores, de identificação dos que “realmente precisam”, bem como do impedimento de recebimento indevido por parte de outros, que não está necessariamente baseado nos critérios formais do programa. Essa defesa da possibilidade de se identificar quem são as pessoas que “precisam” aparecia com base não apenas no perfil da família, mas em certos elementos externos que são observados na interação, como vestimenta e porte. Essa compreensão gerava, por vezes, um cenário de avaliação acionado na interação de beneficiários e gestores/cadastradores. em que se buscava “atestar a necessidade”. (MARINS, 2014)

Cadastradores e beneficiários acreditavam que há pessoas que mentem no momento do cadastro. Ao mesmo tempo, algumas mulheres disseram ser importante saber “contar a situação” para poder ter êxito no momento do cadastro. A expressão “não ter as coisas” indicava “a situação” da pessoa; comprovava que essa pessoa tinha “necessidade” e deveria receber o benefício.

Outros elementos para a definição de quem pode participar do Programa faziam parte de uma tentativa de compreensão sobre os critérios, como renda familiar; presença de pessoas trabalhando “de carteira assinada”; existência de outros benefícios recebidos por alguém da casa. Por exemplo, algumas pessoas possuíam uma compreensão mínima da definição com base na renda (“Até 140 reais por mês, por cada pessoa, pode; se passar, não”; “Eles descontam ainda as despesas da casa, as compras, o gás...”). Outras já entendiam que seria possível receber Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), utilizando mais uma vez informações imprecisas, cujas fontes não eram claras, como a de que a renda familiar não poderia exceder cem reais de um salário mínimo.

A percepção de quem realmente precisa se relaciona com a ideia de necessidade de fiscalização para se “saber como a pessoa vive; se é daquele jeito que a pessoa disse” no momento do cadastro. Existe ainda outra compreensão mais geral de que “se alguém

que precisa não recebeu” é porque o dinheiro “foi desviado para outra pessoa”. A crença na possibilidade de fraude é sempre alimentada por relatos difusos que apareceram na imprensa, mas também pela avaliação cotidiana com base na “necessidade” de cada pessoa.

A partir do entendimento daquela afirmação inicial de que seria necessário haver mais fiscalização, quando as pessoas relatavam dúvidas (Quem pode receber? Por que o valor que eu recebia diminuiu? Por que minha vizinha recebe o Bolsa Família e eu não?), pondo sob suspeita alguns critérios do programa, estes não foram considerados apenas difíceis de serem entendidos, mas, sobretudo, injustos. Em muitas situações, pesavam menos os critérios instituídos oficialmente com base em renda e importava mais a avaliação com base em “necessidade” e “merecimento” (NASCIMENTO, 2015).

Dentre todas essas compreensões que indicam o que o Bolsa Família é e a quem se destina sobrepõe-se a prioridade para mulheres que têm filhos. O fato de muitas pessoas entenderem que o Bolsa Família está vinculado a mulheres e seus filhos impacta na forma como se busca a compreensão dos valores e da permanência no programa. Da mesma forma que se tem dúvidas se um casal sem filhos pode receber, há dúvidas sobre como a existência de cada filho impacta na definição dos valores a receber e no tempo em que cada pessoa pode permanecer no programa.

Uma compreensão precária em relação ao número de filhos e participação no Programa gerava conflitos na informação sobre valores e mesmo sobre a possibilidade de continuidade ou não do recebimento do benefício. O entendimento da relação entre recebimento do benefício e renda familiar foi expresso em poucas situações. Como parte de uma compreensão largamente difundida, o Bolsa Família, nunca enunciado de forma espontânea como um direito, era percebido como uma ajuda: “O Bolsa Família é uma ajuda do governo para as mães, para ajudar a cuidar das crianças” – uma definição repetida com pequenas variações por dezenas de pessoas e já indicada em outros estudos. (AHLERT, 2013; ÁVILA, 2013; REGO, 2014). O fato de ser percebido como uma ajuda evidenciava o reforço daquela divisão apresentada há pouco, entre nós, *os pobres*, e eles, *os grandões, os homens, os políticos, Brasília, Dilma, Lula*.

Esse tipo de achados ia desde o início da pesquisa colocando sob indagação uma expectativa que mobilizava a contratação da consultoria, ou seja, o fortalecimento do controle social. Com base nessa compreensão, poderíamos nos perguntar, como esperar qualquer articulação política com vistas a interferir nos resultados práticos de acesso ao

benefício – uma vez que dependeria da vontade desses outros e suas ações a manutenção ou não dessa *ajuda*. Ao mesmo tempo, o fato de o foco da pesquisa estar na percepção dos beneficiários, não deixava muita margem para aprofundar em que medida a atuação dos profissionais ligados ao Bolsa Família limitava essa participação. Este fato poderia remeter à compreensão inicial de que a solução para os “problemas de comunicação” deveria ser buscada junto às pessoas assistidas pelo Programa.

#### AS EXPECTATIVAS EM TORNO DOS RESULTADOS FINAIS DA PESQUISA

O modo como o trabalho se desenvolveu revela o que outras autoras já observaram sobre as diferentes formas de inserção profissional do antropólogo: “Cada maneira de inserção representa desafios, formas de atuação e implicações particulares para pensar a antropologia como prática profissional” (SCHUCH, 2009, p. 22). Entre estas está a expectativa de tradutor e mediador (talvez a mais difundida e esperada), passando pela de “apaziguador” da “comunidade” para que as ações sejam mais facilmente implementadas (ALLEBRANDT; FELIX, 2016). Também estão presentes as situações em que quem nos contrata não sabe exatamente o que esperar de nós, permitindo um debate amplo sobre qual seria a nossa especificidade e se o que estaríamos a fazer é mesmo Antropologia. Este é um debate antigo na Antropologia, como observa Patrice Schuch (2009) sobretudo para os trabalhos de intervenção social mais diretos.

O fato de que se esperava que eu “traduzisse” uma forma específica de compreensão local de conteúdos e processos oficiais/formais, embora pudesse reificar certo estereótipo do antropólogo, não demandava que eu precisasse justificar minha presença a todo o momento. Também não percebia a necessidade de legitimar uma posição entre diferentes atuações como acontece em outras experiências de trabalho onde a ambiguidade do lugar do antropólogo é um elemento central (por exemplo, ALLEBRANDT; FELIX, 2016; BONETTI, 2001; 2005; LOBO, 2016; PAIM, 2006; SCHUCH, 2009). No caso discutido aqui a minha expertise era reconhecida e havia sido contratado com objetivos já bastante discutidos, como apresentei acima. Embora possa afirmar que me deparei com esses dilemas, ao mesmo tempo o tipo de trabalho que me foi solicitado – uma pesquisa, que seria apresentada a partir de relatórios intermediários e final – parecia padecer de menores dúvidas acerca do que poderia se esperar de mim.

Como indiquei inicialmente, meu objetivo principal neste texto é apresentar elementos do desenvolvimento do trabalho de consultoria; de como a pesquisa foi se fazendo na prática da interlocução com os diversos sujeitos que apontei anteriormente, evidenciando como os resultados que foram surgindo desde o início serviram para flexibilizar algumas das expectativas definidas no Termo de Referência e ampliar o foco da atenção em campo.

Nesse desenvolvimento, não se tratava apenas de apresentar resultados de pesquisa, mas sobretudo os desafios e suas possíveis soluções. O que se esperava afinal eram “sugestões para a melhoria/aperfeiçoamento da comunicação”. Ter esse componente prático desde o início me lembrava de como não poderia perder de vista a encomenda que estava em questão. Além disso, o processo geral não foi apenas de entrega de relatórios, mas de um diálogo constante a partir de cada etapa da pesquisa, presencialmente e por mensagens eletrônicas. Nesse processo, foram ficando claras as questões que definiriam o que, em primeira instância, estava sendo entendido pelos diferentes sujeitos como um “problema de comunicação”.

Os resultados, até aqui apresentados, não eram muito alentadores para a equipe, porque indicavam que os problemas eram de ordem mais estrutural, a ser enfrentada a médio e longo prazo do ponto de vista governamental. Cruzavam-se também com compreensões arraigadas sobre a própria política e aquelas pessoas a quem ela se dirigia. Por um lado, eu dizia “o problema é mais embaixo”, como em geral fazemos na linha de “problematização” cara aos cientistas sociais. Mas ao mesmo tempo era possível perceber que aquelas “questões maiores” tinham a ver diretamente com o “problema de comunicação” que gerava a contratação da consultoria.

O não reconhecimento da institucionalidade do Bolsa Família como uma política pública era percebido pelos profissionais do MDS como um dos desafios centrais. Um dos elementos a respeito dos quais os técnicos me sondaram diversas vezes era a compreensão que as pessoas tinham das condicionalidades<sup>5</sup>. Em uma de nossas

---

5 De acordo com o MDS, as Condicionais são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (BRASIL, s/d.). A compreensão que opera na exigência das condicionalidades é que estas são importantes para o alcance do objetivo maior do PBF que seria “o rompimento do ciclo geracional da pobreza, que condena pobres à inércia na ascensão social por gerações. Para garantir seu benefício mensal, espera-se que as famílias passem a fazer uso dos serviços de educação e saúde”. (PIRES; JARDIM, 2014, p. 101). As condicionalidades referem-se especialmente à presença escolar (frequência mínima de 85%) e monitoramento da saúde, o que inclui

primeiras reuniões, quando mencionei a recorrência de relatos sobre o uso das condicionalidades como cobrança e controle, tive acesso a uma definição oficial até então inédita para mim, das condicionalidades como “indutoras de direitos”. No entanto, em nenhum momento as condicionalidades emergiram como percebidas pelos beneficiários como um reforço ao acesso a direitos fundamentais.

Ao mesmo tempo, havia diferentes ênfases nesse tipo de expectativas por parte dos técnicos. Por exemplo, enquanto aqueles ligados ao Departamento de Condicionalidades sempre queriam saber: “Não apareceu nenhum exemplo de condicionalidade percebida como direito/vantagem?”, as pessoas mais ligadas à comunicação direta com os beneficiários aspiravam por uma espécie de glossário que pudesse ajudar a entender como os termos oficiais eram compreendidos localmente. Por um lado, havia perplexidade, como em relação aos casos de informações básicas que os cadastradores e gestores locais não repassavam, gerando viagens intermináveis das pessoas em busca de informação. Ao mesmo tempo, fui percebendo que algumas compreensões iam sendo incorporadas como um reconhecimento mais claro do que seria possível ser feito imediatamente para mudar o cenário que ia sendo descrito na pesquisa.

Outro ponto central que foi se evidenciando na participação em diferentes reuniões e com diferentes profissionais, além do Grupo de Trabalho, como indiquei inicialmente, era a preocupação em “fazer a pesquisa subir”. Eu tinha não apenas que apresentar resultados que essas pessoas considerassem relevantes, como elas também esperavam de mim que “convencesse” seus superiores da importância daquelas questões. Por essa razão fui levado a participar de inúmeras reuniões para apresentar os resultados e, de certo modo, *sensibilizar* aqueles que poderiam levar, por exemplo, a pesquisa até à Ministra e seus assessores diretos<sup>6</sup>. Nesse sentido, a pesquisa foi avaliada ao final como tendo sido bem-sucedida em razão do número de pessoas que participou de cada reunião, sobretudo da apresentação do relatório final. Por isso, foi central a

---

vacinação das crianças e acompanhamento do estado nutricional. Igualmente, mulheres grávidas e nutrizes devem cumprir uma frequência mínima aos serviços de atenção básica à saúde. Atualmente as condicionalidades na área da educação são verificadas bimestralmente e as da saúde, semestralmente. O não cumprimento das condicionalidades pode implicar em que as famílias serão advertidas; terão seus benefícios suspensos ou bloqueados.

<sup>6</sup> Tereza Campello foi ministra do Desenvolvimento Social e combate à Fome durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, entre os anos 2011 e 2016. Na fase de pesquisa na Ceilândia/DF foi discutida a possibilidade de a ministra acompanhar mais diretamente no trabalho de campo algumas das pessoas entrevistadas. No entanto, dificuldades logísticas dessa participação impediram esse acompanhamento.

existência de espaços para divulgar os resultados internamente, antes do fechamento da pesquisa e entrega do relatório, “para que a pesquisa subisse”, não ficasse engavetada e pudesse chegar aos andares superiores.

\*\*\*

Desse apanhado de questões quero retomar sobretudo alguns dos pressupostos que orientaram o desenho da pesquisa e foram mencionados acima. Linguagem era entendida em dois sentidos iniciais: a) instrumento para “facilitar a comunicação”; b) “instrumento coletivo de mobilização” que pudesse colaborar no processo mais amplo de identificação dos usuários do Bolsa Família como cidadãos. O primeiro pressuposto, portanto, tem a ver com uma expectativa de que uma melhor comunicação, compreendida como uma linguagem mais clara e mais efetiva, poderia dirimir alguns dos principais problemas que o Bolsa Família enfrentava. Embora houvesse divergências claras nessa compreensão, é possível dizer que essa era a perspectiva mais comum. O segundo pressuposto, que buscava ampliar essa visão de comunicação e linguagem, ao mesmo tempo apostava na ideia de que os beneficiários do Bolsa Família poderiam, a partir do acesso à informação como um direito, desenvolver formas de participação política de modo a se fazerem representar nas instâncias formais de participação e controle social, particularmente os conselhos municipais de Assistência Social.

Os resultados da pesquisa indicavam que essa expectativa estava longe de se cumprir. Esse ponto permite chamar atenção para um elemento central que a pesquisa iria trazer: além das questões “estruturais” referidas acima, a questão principal que as pessoas em campo me colocavam não era apenas falta de informação ou um “problema de comunicação”, embora fosse um problema sério, do ponto de vista da circulação dos conteúdos propugnados oficialmente. Havia, da parte dos beneficiários, muito mais insatisfação e discordância com alguns pontos da política do que necessariamente uma visão alternativa que a pesquisa pudesse trazer à tona no melhor estilo antropólogo como mediador. Além disso, os “problemas de comunicação” estavam em sua maioria ligados ao tipo de relação estabelecido entre os profissionais e beneficiários vistos como pobres.

Nesse aspecto, podemos pensar que uma primeira contribuição/possibilidade de uma pesquisa etnográfica, no caso dessa pesquisa, foi a tomada da encomenda não como algo pronto. O ambiente favorável de interlocução com meus/minhas contratantes

permitia que eu lidasse com as demandas apresentadas como um elemento a ser confrontado com o que os passos seguintes da pesquisa pudessem trazer. Ao mesmo tempo isso não quer dizer que a atuação de um antropólogo em uma situação similar deva se restringir a uma eterna problematização – as pessoas esperavam de mim sugestões concretas; resultados que pudessem ser usados para melhorar a comunicação. Eu levava isso a sério e me preocupava desde o primeiro momento com o que poderia efetivamente contribuir. De certa forma esperavam de mim que elaborasse produtos finais suficientemente claros que ajudasse a superar os limites de comunicação enfrentados. E efetivamente o documento final apresentado consistiu também em sugestões para melhorar a comunicação direta com os beneficiários. Além disso, ao longo da pesquisa, fui solicitado a dialogar com profissionais do MDS lidando com essas questões como, por exemplo, a revisão do texto das mensagens que seguiam no extrato no momento do saque do dinheiro.

No entanto estava claro que essa atuação não poderia se dar sem conflitos à medida que as expectativas em relação a sua realização variavam em diferentes momentos. Outra questão ainda é que eu sabia, ou começava a perceber, que aquela possível contribuição era avaliada de forma distinta e contava com expectativas também diferenciadas daquelas pessoas de acordo com seu lugar na estrutura governamental e com os diversos elementos que extrapolavam a questão meramente técnica da atuação de cada um.

Essa percepção está em consonância com o que diversos autores têm discutido sobre a percepção do Estado como não sendo algo monolítico, mas produzido em relações específicas onde racionalidade estatal e moralidades se mesclam na prática cotidiana (FERGUSON; GUPTA, 2002; SOUZA LIMA; MACEDO; CASTRO, 2008; SCHUCH, 2009; CASTILHO; SOUZA LIMA; TEIXEIRA, 2014; FONSECA; SCALCO, 2015; HERZFELD, 2016). A pesquisa mostrava de forma direta certo fazer-se do Estado em que diferentes posições eram negociadas. Esse processo podia ser percebido nas diversas interações com aqueles que solicitaram a pesquisa e a acompanharam com intensidades diversas. Ao mesmo tempo, as diferentes dimensões de compreensão e atuação frente ao Bolsa Família se enunciou nos diferentes níveis da gestão do Programa, mas sobretudo naqueles no nível municipal que lidavam diretamente com as pessoas beneficiárias ou em processo de cadastramento.

Retomemos o exemplo das condicionalidades que apresentei brevemente acima. A compreensão inicial, que pode ser compartilhada ao longo das primeiras reuniões, era de que havia uma diferença significativa entre a forma como o MDS definia e operava com as condicionalidades e a forma como gestores locais, beneficiários e população em geral as concebiam. A noção de condicionalidades como obrigação, controle e punição parecia sobrepor-se à de “geradoras de informações sobre as falhas nos serviços básicos de saúde e educação” ou “indutoras de direitos”. Pelo menos em uma primeira análise, observava-se que, no nível local, mesmo a definição oficial de condicionalidade como contrapartida era vista na maioria das vezes, por parte da população, como um eufemismo para controle.

Uma das principais motivações à contratação da pesquisa era a compreensão do MDS de que existiria um desconhecimento da interpretação local das regras para a definição dos beneficiários do Bolsa Família. Nesse sentido, a preocupação com a participação social se articulava com a comunicação não apenas em um nível mais imediato e instrumental de facilitar a comunicação, ou de deixar a mensagem enviada mais clara, seja na carta endereçada ao beneficiário ou no extrato; ou ainda de escrever, por exemplo, uma cartilha ou outro material em linguagem acessível. Essa foi certamente uma dimensão importante e percebida como um dos produtos a que se queria chegar com a pesquisa.

No entanto, desde o início houve debates e disputas em relação a que a compreensão de linguagem no contexto da consultoria deveria ser ampliada de modo a entendê-la também como um instrumento coletivo de mobilização. Como a linguagem poderia colaborar no processo mais amplo de identificação dos usuários do programa como cidadãos?

Essas questões me aproximavam de reflexões feitas por outros pesquisadores sobre a necessidade de levar em conta o histórico de exclusão em que essa população está inserida. O entendimento era de que a dificuldade de acesso à informação seria parte de um processo mais amplo de exclusão, de dificuldade de acesso ao Estado de forma mais ampla, como nos apontam Walquíria Rego e Alessandro Pinzani em sua obra *Vozes do Bolsa Família*:

O obstáculo maior a uma participação política efetiva dos pobres se dá precisamente nessa falta de autorespeito que deriva da interiorização de uma imagem criada pelos outros. A ausência de autorespeito é a consequência de uma humilhação que toma a forma de estigmatizar a pobreza e de culpar os pobres por sua situação. Em outras palavras, a

exclusão dos pobres produz um sentimento de autoexclusão. (REGO; PINZANI, 2013, p.229).

Se o processo de estigmatização dos pobres era uma das dificuldades para pensar a participação e a comunicação, a pesquisa evidenciou que a própria forma de acompanhamento do Programa e, mais, as compreensões locais sobre o que significam as condicionalidades reforçavam o estigma e distanciavam ainda mais os participantes das possibilidades de participação. E posso afirmar que esses não eram, pelo menos a princípio, os resultados a que se esperava que a pesquisa levasse. Da mesma forma, diferentes sujeitos internos ao MDS estavam mais ou menos abertos a incorporar esses dados como sendo aqueles onde se deveria atuar. Por essa razão, à medida que a pesquisa avançava ouvia cada vez mais de meus interlocutores no MDS sobre a importância de *fazer a pesquisa subir*.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina. A ‘precisão’ e o ‘luxo’: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA) **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 38, abr. 2013, p. 69-86.

ALLEBRANDT, Débora; FELIX, Tânia Moreira. Entre o técnico, o político e o social: impasses e poderes de uma política habitacional - PAC Barnabé. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, n. 1, p. 185-208, jan.-jun. 2016.

ÁVILA, Milene Peixoto. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Política & Trabalho** - Revista de Ciências Sociais, n. 38, abr. 2013, p. 105-122.

BONETTI, Alinne de Lima. A ONG e a antropóloga: Da experiência etnográfica à experiência profissional. **Revista Humanas**, v. 26/27, 2004/2005, p. 159-178.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Brasília. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa com Grupos Focais de Beneficiários do Bolsa Família para Qualificação de Cartas e Mensagens**. Brasília, julho de 2014. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum\\_executivo/pg\\_principal.php?url=busca\\_por\\_id&id\\_sum=146](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=busca_por_id&id_sum=146) Acesso em: 18 março 2018.

BRASIL. **Resolução CNAS nº15, de 5 de junho de 2014**. Dispõe sobre os Conselhos de Assistência Social – CAS quanto à sua organização e ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família (PBF). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2014/resolucoes-cnas-2014/>. Acesso em: 31 de mar. 2018.

CASTILHO, Sergio R.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. Introdução. Etnografando burocratas, elites e corporações. In: **Antropologia das práticas de poder**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, p. 7-31.

COHN Amélia. **Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais**. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. **American Ethnologist**, v. 29, n. 4, 2002, p. 981–1002.

FONSECA, Claudia; SCALCO, Lucia. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Org.) **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 21-37.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**. Petrópolis: Vozes, 2016.

KNAUTH, Daniela. A etnografia na saúde coletiva. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 109-104.

LOBO, Andrea. Precisa-se de uma antropóloga! Vivenciando o fazer antropológico entre a academia e a sociedade civil. **Novos Debates** - Fórum de debates em antropologia, v. 2, p. 115-126, 2016.

MARINS, M. T. “Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do bolsa família”. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, vol.4, n.2, pp. 543–562, outubro, 2014. Disponível em <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/index.php?area=revista&revid=18> [consultado em 4-11-2014].

PAIM, Heloísa Helena Salvatti. Técnicos e usuários em programas de assistência social: encontros e desencontros. **Antropolítica**, v. 2, n. 21, p. 127–150, 2006.

PAIM, Heloisa. Alguns dilemas do fazer etnográfico sob contrato. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 115-121.

PIRES, F.; JARDIM, G. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, jun. 2014, p. 99-112.

REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**. São Paulo: Unesp, 2014.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Etnografias a jato. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p. 85-88.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 105-153.

SCHUCH, Patrice. O estrangeiro em campo: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Orgs.) **Políticas de Proteção à infância**: Um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 21-40.

SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SOUZA LIMA; Antonio Carlos; MACEDO E CASTRO, João Paulo. Política(s) Pública(s). In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Org.). **Raça. Novas perspectivas antropológicas**. Salvador: ABA/UDUFBA, 2008, p. 351-392. 2 ed.